



ENTRE MUROS, ELOS E PONTES NA PÓS-GRADUAÇÃO EXCLUSIVA PARA INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS NO PPGLI/UFAC

Mário Sérgio Silva de Carvalho¹
Maria de Jesus Morais²

Resumo

No artigo, trazemos reflexões sobre experiências de estudantes indígenas no programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Identidades da UFAC, com uma turma exclusiva de mestrandos e doutorandos, por meio de um edital que atende os preceitos estipulados pela ONU, quando, em 2019, ocorre a institucionalização da Década Internacional das Línguas Indígenas. O estudo evidencia os desafios, as barreiras culturais e linguísticas no ambiente acadêmico, e traz a importância da ação do PPGLI, enquanto um marco histórico, no que diz respeito aos direitos indígenas à educação superior inclusiva, além de revelar os "muros, os elos e as pontes" para cursarem pós-graduação; e no enfrentamento desses desafios, garantindo o direito à educação. O objetivo é incentivar os programas de pós-graduação das Universidades brasileiras, que incluam ou reafirmem, em suas políticas afirmativas, os indígenas, e que signifiquem essa inclusão, não somente na entrada na pós-graduação, mas também na permanência com qualidade. Os relatos reafirmam as políticas afirmativas como sendo esse caminho a seguir, para garantir direitos.

Palavras-chave

Direitos indígenas; Educação Inclusiva; Desafios de estudantes indígenas.

¹ Doutorando em Letras - Linguagens e Identidades – PPGLI. Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: mario.carvalho@ufac.br

² Pós-doutorado em Geografia Humana pela USP (2017-2018). Doutorado em Geografia pela UFF (2008). Mestrado em Geografia pela UFSC (2000) e Graduação em Geografia pela UFC. Docente do programa de Pós-Graduação: mestrado em Geografia e mestrado e doutorado em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI)/UFAC. Atualmente é Coordenadora do programa de Pós-Graduação: mestrado em Geografia. E-mail: maria.morais@ufac.br

Recebido em: 30/03/2025
Aprovado em: 08/09/2025

AMONG WALLS, LINKS AND BRIDGES IN POSTGRADUATE PROGRAM EXCLUSIVELY FOR INDIGENOUS PEOPLE IN THE AMAZON: INDIGENOUS EXPERIENCES AT PPGLI/UFAC

Abstract

In this article, we reflect on the experiences of indigenous students in the Graduate Program in Letters: Languages and Identities at UFAC, with an exclusive class of master's and doctoral students, through a call for applications that meets the precepts stipulated by the UN, when, in 2019, the International Decade of Indigenous Languages was institutionalized. The study highlights the challenges and cultural and linguistic barriers in the academic environment, and emphasizes the importance of the PPGLI's action, as a historic milestone, in terms of indigenous rights to inclusive higher education, in addition to revealing the “walls, links, and bridges” to pursuing graduate studies; and addressing these challenges, guaranteeing the right to education. The objective is to encourage graduate programs at Brazilian universities to include or reaffirm indigenous peoples in their affirmative action policies, and to ensure that this inclusion, is not only at the point of entry into graduate school, but also in terms of remaining with quality. The reports reaffirm affirmative action policies as the way forward to guarantee rights.

Keywords

Indigenous rights; Inclusive Education; Challenges for indigenous students.

CONTEXTUALIZAÇÃO

*“Um grande desafio é a **hegemonia cultural**, a imposição romântica da **chamada cultura indígena**. Ao mesmo tempo em que **nos impõem modernização e desenvolvimento**, nos responsabilizam **pela manutenção de tradições e a preservação da floresta**. É necessário garantir uma **educação de qualidade, saúde e o direito de viver nossos costumes tanto na aldeia quanto na cidade** e, **consequentemente na universidade**”.*

(MANCHINERY; MANCHINERI, 2018, p.53, grifo nosso)

A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), foi instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, ao final do Ano Internacional das Línguas Indígenas, e em consequência de demandas oriundas dos povos indígenas da Bolívia que compreenderam a importância de uma ação efetiva e contínua em prol do reconhecimento, da valorização e da manutenção das línguas indígenas no mundo (DILI, 2022).

Após a realização do referido evento e visando promover o 10º ODS³, a ONU lança em 2022, ações visando promover o protagonismo indígena na DILI, com o lema "Nada para nós, sem nós" e enfatiza a importância da participação ativa dos povos indígenas em todas as etapas do processo relacionadas a eles, desde o planejamento até a “execução de ações para eles e sobre eles”, e estipula o período de 2022 até 2032, para que a DILI seja colocado em execução.

Segundo a UNESCO, no Brasil, o protagonismo indígena se manifestou em ações dos povos indígenas em diversos estados e setores organizados do movimento indígena, onde buscaram se organizar para reafirmar seu papel na construção das ações para a DILI e foram criados dois grupos de trabalho (GT): Línguas Indígenas e Português Indígena, que desenvolveram planos de ação para promover, valorizar, divulgar e revitalizar as línguas indígenas brasileiras. Além de buscarem autonomia e o protagonismo enquanto princípios fundamentais que orientam a atuação dos povos indígenas para a DILI.

O protagonismo na DILI é essencial para assegurar que as ações em favor dos indígenas sejam relevantes, eficazes e alinhadas com as necessidades e desejos dos povos indígenas, sendo os indígenas os principais interessados na revitalização e preservação de suas línguas.

A participação ativa dos povos indígenas assegura que as iniciativas reflitam suas visões e prioridades, fomentando a valorização de sua cultura e identidade.

³ O 10º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está relacionado ao combate à redução das desigualdades mundialmente.

Pensando na centralidade das línguas indígenas para a DILI, o Colegiado do programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e identidades (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC), após amplas discussões, resolveu promover ações para garantir o direito a estudantes indígenas em nível de Brasil, no tocante à entrada na pós-graduação.

Assim, foi proposto a criação de uma turma exclusivamente para estudantes indígenas cursarem pós-graduação no âmbito de mestrado e doutorado no PPGLI, e em meados de junho de 2022, isso foi concretizado.

Portanto, no início de 2022, inicia-se a construção do edital para a realização e foi anunciada a realização do processo seletivo destinado a estudantes indígenas, após um amplo debate nas instâncias colegiadas e superiores da UFAC.

E diante de algumas garantias institucionais, como, por exemplo, o compromisso da CAPES via Reitoria da UFAC, de que todos os estudantes indígenas teriam o direito ao recebimento de bolsas de estudos para assegurar não somente o direito de entrada na UFAC, via processo seletivo, mas também garantir dignidade para realizarem seus estudos, um fator muito importante para a permanência na pós-graduação.

Outro ponto importante exigido pelo PPGLI junto a Reitoria da UFAC, foi a garantia de alojamento digno para que os indígenas pudessem vir de suas comunidades para estudar, bem como alimentação no Restaurante Universitário, nos períodos de ministração das disciplinas, o que também foi concretizado.

O Edital 006/2022, foi lançado e não permitia a participação de candidatos não indígenas, pois uma das exigências para ter a inscrição homologada, era se autodeclarar indígena e anexar um documento com esse reconhecimento, assinado por uma liderança indígena ou autoridade política indígena da comunidade em que vive o seu povo ou comunidade, para a inscrição pudesse ser aceita e validada.

Ao final do processo seletivo, as 15(quinze) vagas para o mestrado, foram selecionadas e preenchidas, com indígenas dos seguintes povos: Nukini (4), Kokama (2), Huni Kuin (4), Katukina/Noke Koi (2), Apurinã (1) Guarany (1) e Shanenawa (1).

Para o curso de doutorado, foram oferecidas 10 (dez) vagas, das quais 10 (dez) foram selecionados. Contudo, um deles desistiu, de modo que 9 (nove) indígenas efetivaram suas matrículas. Esses indígenas selecionados pertencem

aos seguintes povos: Shanenawa (2), Kaxinawá/Huni Kuin (1), Terena (1), Puyanawa (1), Arara (1), Manoá/Macuxi (1), Quéchua (1) e Borari (1).

Os cursos de mestrado e doutorado teve particularidades, desde a seleção até a ministração das aulas. Na seleção, não foi exigido nenhum projeto de dissertação ou projeto de tese, conforme as formalidades eurocêntricas e ocidentais acadêmicas exigida para alunos não indígenas na UFAC.

A seleção iniciou-se com a apresentação de um memorial descritivo sobre o pretense tema desejado a ser desenvolvido no mestrado ou doutorado e ao longo do curso, seria discutido com os orientadores os caminhos a serem percorridos nas pesquisas.

As aulas também foram ministradas com metodologias diferentes, somente os alunos indígenas assistiam às aulas e no 1º período, tanto os mestrandos, quanto os doutorandos, estudavam as disciplinas obrigatórias do núcleo comum do PPGLI, e de forma online compartilhavam suas experiências e vivências oriundas de suas comunidades. No 2º período do curso, 1º semestre de 2023, as aulas iniciaram de forma presenciais na UFAC.

Já no 3º período, houve uma divisão na oferta e ministrações das disciplinas, devido às pluralidades nas origens dos indígenas, contudo para resolver a questão, o PPGLI/UFAC fez algumas parcerias com a Universidade Federal de Roraima-UFRR, Universidade Federal de Manaus-UFAM e com o Campus Floresta/UFAC em Cruzeiro do Sul, para que professores colaboradores pudessem ministrar disciplinas eletivas nesses locais, para evitar o deslocamento dos alunos à sede da UFAC em Rio Branco.

Ao mencionarmos os “muros, elos e pontes”, tentaremos ao longo da escrita, refletir como esses conceitos são trazidos nos excertos das entrevistas realizadas, e podermos dialogar com os teóricos sobre os temas, relacionados as dificuldades enfrentadas, por cada indígena para chegar na cidade de Rio Branco/UFAC, e consequentemente para concluir seus estudos.

Um fator importante que devemos ressaltar é essa tentativa de enquadramento dos indígenas dentro desse modelo ocidental eurocêntrico universitário de ensino e aprendizagem, pois os estudantes indígenas possuem a oralidade como principal forma de comunicação, na transmissão de saberes, ancestralidades, modos de vida e a relação com a natureza.

Para tanto é necessário e urgente criarmos mecanismos e políticas públicas para que tenhamos mais estudantes indígenas acessando a pós-graduação nas

IFES, com políticas diferenciadas, pois essas tensões no diálogo intercultural e saberes, podem contribuir significativamente com os não indígenas nos ambientes compartilhados nas IFES do Brasil, portanto,

É necessário desconstruir preconceitos, formar novas gerações com **novas mentalidades e atitudes frente à diversidade sociocultural**, sendo igualmente **importante validar o saber tradicional e agregar valor** – construir uma interculturalidade capaz de pensar, propor, cobrar mudanças e transformações (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 123-124, grifo nosso).

Os estudantes do PPGLI/UFAC, são indígenas oriundos do estado de Mato Grosso do Sul, Roraima, Amazonas, e dos municípios do interior do Acre, em sua grande maioria vivendo em comunidades distantes, e cursar pós-graduação na capital acreana, impõe desafios diversos, pois, além do difícil e longo deslocamento, tem que ficar longe de sua comunidade e de seus familiares, isso já sendo um dos principais problemas enfrentados por eles.

Portanto, trago recortes de relatos orais, das transcrições feitas do formato de áudio para o formato texto, onde é feita a transcrição literal de todas as falas, mais por questões metodológicas, iremos utilizar apenas alguns recortes das falas, relacionadas a essas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que as nomearei como os “muros” a serem transpostos e vencidos pelos indígenas.

Será feito também as nomeações dos “elos e pontes” que os indígenas encontraram durante os seus percursos moventes, no cursar das disciplinas obrigatórias e eletivas no PPGLI/UFAC.

Às vezes os muros a serem transpostos podem ser baixos para alguns indígenas, enquanto para outros esses mesmos muros, pode ser um paredão enorme e com grandes dificuldades de serem transpostos, o que entendemos e por isso não temos a intenção de padronizar nada, pois cada estudante indígena tem uma dificuldade específica e diversa, pois isso é pessoal, do seu caminhar, de sua cultura, de sua ancestralidade de suas vivências na comunidade, da educação indígena e tradicional recebida e como foi recebida.

O objetivo é incentivar os programas de pós-graduação das Universidades brasileiras, que incluam ou reafirmem em suas políticas afirmativas nos processos seletivos, os indígenas, para pensar não somente na entrada na pós-graduação, mas numa permanência minimamente com qualidade e na conclusão dos estudos, e devolvermos o mínimo de direito aos indígenas que tanto foram e ainda são marginalizados, estigmatizados, racializados e por muito tempo, povos

subalternizados e considerados um povo menor, sem ao menos ter o direito de ser brasileiro, em alguns casos.

De tal modo, poderíamos pensar na derrubada desses muros, que só servem para dificultar a entrada, permanência e saída dos indígenas das Universidades, nos diversos cursos existentes, justamente por falta de políticas públicas que possibilitem essa integração. No tocante ao assunto, PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA (2022), corroboram com o assunto e

Reiteramos então, que uma atitude insurgente no ensino universitário seria a de reconhecer que **existem muros epistêmicos, muros burocráticos, muros elitistas, muros que não contribuem para a justiça social**. Muros estes, **que separam pensamentos e teorias eurocêntricas/ocidentais de outras formas de enxergar, ser e pensar a realidade**. Reconhecer, porém, **para transformar** instituindo novas práticas.

No ensino universitário a **insurgência é necessária**. Soa-nos como, nas palavras de Santos (2019), quando destaca a reação contra a injustiça histórica do colonialismo, lembrando que são as universidades que sustentam, em grande medida, a própria vitalidade da ciência. Esta **encontra nas universidades e no ensino universitário, caminhos para aprofundar, repensar, problematizar e reconhecer novas reflexões e proposições**, promovendo uma abertura para a **desconstrução do pensamento unitário, linear e fragmentário** que na atualidade muito se questiona (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 123, grifo nosso).

Os autores defendem outras formas de expressões e saberes, além de evidenciarem que é preciso concretizar mudanças nas formas de entradas, acesso ao conhecimento e na interação com os estudantes indígenas, pois isso nos levará adquirir conhecimentos, que podem não ser científico ou normatizado, mas vivente, movente, insurgentes e urgentes, por exemplo, a relação deles com a natureza, para isso precisamos,

Mirar na direção de **outras expressões de saber** na universidade requer, no campo formativo-político, discutir esse cenário com intencionalidade prática e enxergar, com amplidão crítica, o entorno e suas nuances com o objetivo de empoderar, consolidar a voz e a vez aos indígenas nesse espaço educativo. **É preciso concretizar grandes mudanças nas formas de acessar, construir, produzir, transmitir, distribuir, acolher, apreender e aprender conhecimentos outros, com qualidade nova** (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 123-124, grifo nosso).

UM POUCO DA METODOLOGIA UTILIZADA

Nos ancoramos numa pesquisa bibliográfica documental, com a utilização de uma abordagem qualitativa-descritiva, trazendo alguns recortes de entrevistas transcritas e autores para fundamentar a presente escrita, que analisa a educação escolar indígena no Brasil, focando nos desafios de implementar um modelo

respeitoso às culturas e aos modos de vida indígenas e discutem a evolução político-legal, desde a Constituição de 1988, destacando avanços e retrocessos na implementação de políticas interculturais e bilíngues.

A presença indígena na universidade também é examinada, explorando os conflitos epistemológicos e as lutas por reconhecimento e espaço. Finalmente, os obstáculos históricos e contemporâneos à educação indígena, particularmente na Amazônia, são analisados, ressaltando a necessidade de uma abordagem que valorize a autonomia e a diversidade dos povos indígenas.

Para Krenak (2018, p.15), “A presença indígena só tem sentido pela diferença, ela não tem sentido pelo nivelamento, isso se vocês acharem que os indígenas que estarão na universidade, [...]”, e, portanto, precisamos que as autoridades da IFES, possam,

Então, **despertar o senso crítico é tudo o que a gente pode fazer de melhor para a gente defender as nossas possibilidades**, os nossos **pontos de vistas, dos lugares onde nós vivemos como sujeitos coletivos**, não como **sujeitos individualistas**, que está cada um buscando uma saída para si. Nós temos que pensar a **possibilidade de um desenvolvimento que seja o desenvolvimento do ser humano integrado com possíveis desenvolvimentos de outros** termos, inclusive da economia, mas hoje nós somos subjugados pela lógica da economia (KRENAK, 2018, p.16, grifo nosso).

De tal modo, que o modelo hoje impregnado dentro das Universidades, não leva em consideração a diversidade de pensamentos, a pluralidade de etnias, raças, gêneros, modos de viver, saberes outros, e outros tipos de estereótipos, pois a

Nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, **toda essa gente que se constitui nesse Brasil**, nos seus espaços de circulação. Mas a marca da diferença persiste quando a gente trabalha a ideia dessa inserção num sistema de cotas, num sistema modulado, num sistema regulado (KRENAK, 2018, p.13, grifo nosso).

Sobre o diálogo assimétrico e alteridade entre os povos, vale dizer que

Esses devem promover práxis sociais pautadas na diversidade cultural, na **interculturalidade crítica como mecanismo político e pedagógico de superação das colonialidades**, na **pluralidade cultural de vivências e experiências**, modos de **existências tradicionais, saberes e conhecimentos institucionalizados socialmente ou não** (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 112, grifo nosso).

A seguir faremos os diálogos entre os recortes das entrevistas dos indígenas e os autores que corroboram com os temas abordados.

NOS RASTROS DOS INDÍGENAS

Inicialmente foi pensado na elaboração do presente texto, a escolha de alguns mestrandos e alguns doutorandos do PPGLI/UFAC, da turma indígena, para os mesmos responderem duas perguntas.

Após contatos com os mestrandos e doutorandos, via WhatsApp, redesenhamos a metodologia, e optamos em fazer duas perguntas somente a 02(dois) mestrandos, e a 02(dois) doutorandos, pois tínhamos um dimensionamento para as respostas, já que existia uma limitação de páginas para o presente texto, de tal modo que optamos por utilizar somente as respostas de dois doutorandos e dois mestrandos indígenas.

No início das entrevistas, informo a todos os entrevistados, através de áudios explicativos sobre a finalidade da referida entrevista, onde suas falas seriam transcritas e fariam parte central da escrita de artigo para publicação numa revista, e diante do fato, solicitei autorização de todos os entrevistados para utilização de seus dados e se poderia utilizar os respectivos nomes e suas respostas, o que ficou registrado nos áudios, tal autorização.

A seguir, trago abaixo, as duas perguntas formuladas aos entrevistados, conforme segue: Qual a importância em participar do Edital PROPEG nº 06/2022–Políticas afirmativas: Década Internacional das Línguas Indígenas, que selecionou exclusivamente estudantes indígenas para cursar mestrado e doutorado no PPGLI? Para você, enquanto indígena, o que isso representou? Poderia relatar brevemente as maiores dificuldades enfrentadas para estar estudando pós-graduação na UFAC?

Vale ressaltar que os entrevistados poderiam responder, de forma escrita ou por meio de áudio mesmo, pois seria feita a transcrição literal e que após a transcrição das respostas, os textos transcritos foram enviados aos indígenas, para aprovação, com possibilidade de acrescentarem ou tirarem parte do texto, caso quisessem.

Portanto, as perguntas foram enviadas via WhatsApp, visto que os referidos estudantes já haviam finalizados as disciplinas de seus respectivos cursos e estão em suas comunidades, municípios e estados, na fase de coleta de dados e elaboração de suas dissertações e teses.

Informo ainda que a utilização dos dados dos entrevistados e suas respectivas respostas transcritas seguiram as Diretrizes para a Ética na Pesquisa

e a Integridade Científica/Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa (GTEP, 2024, Art. 3º, Letras D, e F e conforme o Art. 4º Letras A, C e F).

Outro ponto importante que deixei esclarecido a todos os indígenas, foi a obtenção de impressões de cada um deles, sobre os “muros” enfrentados para cursarem pós-graduação na Amazônia (as dificuldades e problemas enfrentados, as pedras encontradas no caminho), com foco em todos os desafios vencidos e nos desafios a vencer no curso de mestrado ou doutorado na UFAC.

Deste modo, seriam trazidos também, os “elos” (quem fortaleceu a entrada, a permanência, e quem contribuiu ou ajudou nessa caminhada), bem como as pontes (a ligação de um lugar para outro, se o mestrado ou doutorado levou a atravessar alguma ponte dessa, suas vitórias, se aconteceu algum crescimento pessoal na comunidade, ou quais contribuições o cursar pós-graduação reverbera na comunidade em geral, etc.).

Metodologicamente, optamos por utilizar recortes das transcrições e traremos esses recortes ao longo do texto, mas obedecemos à transcrição literal, permanecendo com os possíveis erros de concordâncias verbais, lexicais ou semânticos, ou ortográfica de modo geral, trazendo da mesma forma que o indígena falou, por uma questão de escolha metodológica e por entendermos que os indígenas têm a oralidade enquanto sua principal forma de comunicação.

Abaixo, trago as formações de cada participante das entrevistas, e aproveito para informar que não irei citá-los nominalmente, apenas breves impressões de suas formações acadêmicas.

O Doutorando A (DIBHK), é mestre em Artes Cênicas pelo programa de pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Acre - UFAC, vinculado à linha de pesquisa: Artes Cênicas e Educação, onde desenvolveu pesquisa sobre a arte e a identidade Huni Kuin, em Artes Cênicas pela UFAC, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (2019) e é Doutorando do PPGLI, é uma liderança política pertencente ao povo Huni Kuin.

O Doutorando B (JG) é um líder político do povo Terena da Aldeia Córrego do Meio em Sidrolândia em Mato Grosso do Sul, é Diretor da Escola Municipal Indígena Cacique Armando Gabriel/Sidrolândia-MS, possui pós-graduação em Gestão Municipal-UEMS. Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar-UNIASSELVI; e Mestrado em Educação PPGE/UCDB, está em fase de qualificação de seu Doutorado no PPGLI/UFAC.

A Mestranda A (LHS), é pertencente ao povo Kokama estabelecido no município de Benjamin Constant-Amazonas. É professora da rede municipal e estadual do município de Benjamin Constant - AM. Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS; Especialista em Língua Portuguesa - Faculdade KURIOS; Graduação em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal do Amazonas (2010). Em fevereiro de 2025 defendeu sua dissertação no PPGLI/UFAC.

E a Mestranda B (AFC), pertencente ao povo Nukini e reside no Interior do Acre, em Mâncio Lima. É mestranda no PPGLI/UFAC e possui graduação em Formação Docente para Indígenas pela Universidade Federal do Acre (2022). É professora na Escola Hermínio Generoso de Oliveira. Dia 28 de agosto de 2025, defendeu sua dissertação no PPGLI/UFAC.

Portanto, iniciamos trazendo uma visão ocidental dos brancos, sobre os indígenas, que chega ao ponto de que,

[...] a **educação escolar de indígenas se desenvolveu imersa num cenário de desigualdades, impondo diferentes rótulos** a essas populações. Imagens que contribuíram, no âmbito educacional, com a construção de um modelo inicialmente **assistencialista, já que o indígena passa a ser rotulado como incapaz** (SILVA; ALMEIDA; BARROS; SANTOS, 2020, p. 10 – grifo nosso).

Nos recortes das entrevistas dos estudantes indígenas, abaixo são trazidas para evidência suas experiências no PPGLI/UFAC e focam os desafios enfrentados e as conquistas da inclusão indígena de pós-graduação.

De uma forma mais específica, trago abaixo os muros, enquanto as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas, não tendo uma relação na ordem de cada problema enfrentado, conforme segue:

Em geral, a falta de acesso à internet e os altos custos para utilizá-la na comunidade onde viviam, dificultaram a inscrição no edital, até o acompanhamento das aulas, que inicialmente foram realizadas de forma online, conforme relata a indígena Mestranda A abaixo,

Esse início, esse primeiro passo, ser com aulas online. **A gente sabe que, por exemplo, para nós do Amazonas, a questão da internet ainda é uma dificuldade.** Não são todas as pessoas que têm, não são todos os **horários que pegam o sinal de internet.** Então, nesse começo nós já tivemos dificuldade (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Outro fator importante relatado, foi a ausência de apoio financeiro do município ou Estado para que os indígenas pudessem concretizar seus estudos e

a necessidade de deixar o emprego para estudar geraram dificuldades financeiras para alguns estudantes

[...] **creio que uma das maiores dificuldades de estar na universidade é exatamente uma moradia**, um local para ficar, porque a maioria das pessoas, dos indígenas que vão para Rio Branco estudar, **vão do território, da zona rural e não tem uma moradia, não tem um parente em Rio Branco para que possa ficar nessa casa.** [...] **Às vezes até que se organize na cidade não tem um lugar pra ficar. Fora das décadas da língua, o acesso à bolsa também é um pouco mais difícil.** (Doutorando A, 2025, s.p, grifo nosso)

O Doutorando B, traz o seguinte relato, sobre o assunto:

É uma das coisas sobre problemas que eu enfrentei na questão das formas de perpetuação no cotidiano da colonialidade que a Universidade, de modo geral, ainda apresenta. Isso foi muito bem sentido na pele, dentro da universidade. **Além do espaço físico inadequado no alojamento, bolsa de estudo que também penso que deveria ser ampliado o valor, mas com todas essas dificuldades, eu tiro as forças a partir das relações sociais com a minha família, com a comunidade, com o povo Terena.** (Doutorando B, 2025, s.p, grifo nosso)

Para PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, (2022), o comentário do Doutorando B, traz à tona o processo colonial imposto a quem se submete adentrar ao ensino universitário, dizendo

Como resultado deste processo colonialista, em **face da colonialidade do poder, saber e ser**, os povos indígenas ainda nos dias de hoje são **silenciados** e de **forma geral sofrem um conjunto de violências**, dentre elas: **simbólicas, culturais e materiais**. Por muitas vezes, os povos tradicionais ainda são tratados como selvagens e bárbaros, **sem relevância cultural e social para este país**, vivendo à margem do estereótipo de preguiçoso, seguindo com a sua cultura e seus costumes desrespeitados, tendo que lutar para ter sua dignidade e subjetividade garantida pelo estado e pela sociedade civil. [...]. Nesta **configuração excludente consolidada pela modernidade**, os povos tradicionais indígenas sofreram inúmeros ataques e feridas, fundamentalmente praticados pelo mecanismo ideológico. Aos povos foram impostos uma diferenciação abissal, por um congelamento identitário **expresso e forjado pelo discurso e ação colonial**, estruturado pela narrativa ocidental **da não capacidade cognitiva para o desenvolvimento do saber**, por isso, estes eram entendidos **como sem conhecimentos, sem ciência, sem produção de existências e epistemologias** (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 110-111, grifo nosso).

O Relato da Mestranda B, no tocante ao assunto, diz que:

Então, quando eu paro de trabalhar, eu deixo meu contrato...**com o meu salário com uma pessoa, com outro professor** para que ele fique atuando em sala de aula e eu vá estudar **sobre a sobrevivência das bolsas** que no começo não se teve e saindo da questão, dessa questão de trabalho, dos profissionais nossos, que a gente segue para Rio Branco, aí já são outros desafios constantes, por conta que tudo que

se fala universidade é sobre sistema, tudo é questão jurídica. (Mestranda B, 2025, s.p, grifo nosso)

Ao chegarem na UFAC, os estudantes indígenas se deparam com um problema, que foi o alojamento. Pois apesar de ser grande, com vários cômodos, ar-condicionado em todos os quartos, as suas instalações estavam inadequadas para habitação, como por exemplo, com falta de estrutura, como água potável, e condições de higiene precárias. Havia falta de mesas, cadeiras e espaços limpos para alimentação e estudo.

Primeiro a gente se depara com **aquela situação do alojamento, onde a gente não teve o ambiente adequado para instalar-se no alojamento** e nesse sentido do alojamento, a questão do dormitório, e da alimentação. (Mestranda B, 2025, s.p, grifo nosso)

851

Trago outro relato, que faz falas sobre a situação do alojamento, no início do curso,

Não que a gente não quisesse que tivesse greve, tinha que ter mesmo, porque só assim a gente foi ouvido. **Mas é que eu acho que a universidade tinha uma resistência tão grande e não garantir a nossa permanência, que queriam, eu acho, nos eliminar pelo cansaço.** Mas a gente lutou, reivindicou e **conseguimos muitos avanços na questão do alojamento.** Depois de muita luta, a gente conseguiu muitos avanços. Os nossos professores do programa do PPGLI foram pessoas extraordinárias, que fizeram toda a diferença, que fizeram com que a gente permanecesse (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Com base nos relatos, os estudantes indígenas, aderem ao movimento grevista instalado naquela época, fazendo manifestações junto a Administração superior da UFAC, pedindo melhores condições de permanência para continuarem seus estudos, conforme diz Mestranda A, aí

Nós também **aderimos ao processo de greve** para que nós também pudéssemos lutar, **ter voz e espaço naquele momento.** Foi então que a gente **também teve o primeiro impacto a chegada até o alojamento, que até então nós tínhamos sido informados que teríamos um espaço, que estaria mobiliado,** teria o local, **a área para estudo, nós teríamos um apoio.** Quando nós chegamos no espaço foi totalmente ao contrário. **Tinham camas empilhadas, colchões velhos empilhados com baratas, com sangue, o espaço muito sujo, sem mesa, sem cadeira** (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Um das grandes dificuldades enfrentadas foi com o sistema universitário e a utilização por parte dos estudantes indígenas da linguagem acadêmica e os textos complexos causavam dificuldades de compreensão para alguns estudantes. A formalidade acadêmica limitava a expressão do conhecimento indígena.

Ele é tudo isso, né? É uma festa, é um teatro, é uma celebração, é uma performance, é um ritual. **Enfim, então não consegui classificá-lo.** E tem **coisas no conhecimento indígena que são inclassificáveis.** As **palavras não dão conta de falar aquilo que nós vivemos, que nós sentimos,** que nós presenciamos dentro de nossos territórios. Então, às vezes a gente sente um **pouco de dificuldade de a universidade compreender essa nossa forma de expressar nossa linguagem** por meio da nossa própria vivência. Então, **esse é um dos desafios que a gente tem encontrado,** mas tem também superado, porque além desse desafio, **a gente tem usado esse conhecimento universitário para registrar os nossos conhecimentos da aldeia e fazer com que os leitores tenham acesso e possam entender a nossa forma de pensar,** a nossa sobrevivência dentro dos territórios. [...] desenvolvendo projetos de pesquisa **que venham contribuir com a universidade, que vem contribuir com a sociedade acadêmica, com a sociedade que leem, que vem contribuir também com a comunidade que a pessoa mora, a comunidade que é pesquisada, que é a comunidade indígena.** Então isso para nós significa que a universidade está tendo essa abertura para com os povos indígenas, de forma que está trabalhando políticas que dão acesso aos povos indígenas participarem dessa universidade (Doutorando A, 2025, s.p, grifo nosso)

Para a Mestranda A, ele tem a seguinte concepção sobre o tema:

A importância da turma totalmente indígena é ofertada pela UFAC é um marco na luta, **na resistência dos povos indígenas de todo o Brasil, porque o edital contemplou...** ficou aberto para todo o Brasil e tivemos representatividade indígena de **vários estados, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, tivemos até uma colega do Peru,** de outro país, e outros Estados. Então, ter essa representatividade em um único ambiente, sobretudo, em uma universidade marca a história da educação. Então, foi um passo muito, muito importante que a educação indígena, a educação institucionalizada, né, indígena, conquistou, porque anteriormente **a universidade, ela não ofertava o ensino superior totalmente para indígena. Nós tínhamos que adentrar em turmas não indígenas** (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

O sistema universitário, com suas regras e formalidades, era um desafio para os estudantes indígenas e isso gerou dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, principalmente aos mestrandos e menos aos doutorandos, bem como a falta de compreensão da universidade sobre as diferenças culturais também foi um problema, o Doutorando B, traz o seguinte relato,

[...] A presença, penso, **que a presença dos indígenas nas Universidades, professor, ela sinaliza a necessidade de reescrever-se, a maneira de pensar, de reproduzir conhecimento.** Porque a **nova Universidade,** aí eu falo da Universidade Federal do Acre, **deve tratar desses saberes também como processo de ensino,** sobretudo, **a partir de cursos específicos para demandas de determinados setores que interiorizam das unidades acadêmicas.** E além disso, ela deve estar empenhada em um processo maior do que a própria instituição, ou seja, **o empenho em políticas de promoção da universidade cultural** (Doutorando B, 2025, s.p, grifo nosso).

Outra dificuldade, foi uma sensação de que a universidade apenas oferecia as vagas, mas não garantia a permanência dos estudantes, com dificuldades de moradia, alimentação e bolsas, o que qualificamos em dificuldades de permanência na pós-graduação, Mestranda A, diz que,

A gente sabe que não basta a universidade só ofertar o espaço, ela precisa ter uma visão de garantir a permanência desses estudantes. E aí, diante disso, a gente já entra na segunda questão, que é as dificuldades enfrentadas durante o percurso, no curso de estudo. **Isso de primeiro já nos impactou negativamente, porque a gente viu que o que estava sendo prometido anteriormente com a questão de que nós permanecêssemos no curso não estava sendo cumprido, porque o que parecia era que a universidade estava só disponibilizando a vaga e não estava garantindo a nossa permanência, porque... era impossível estar num espaço para estudo onde não tivesse o mínimo de dignidade humana, onde a gente não pudesse ter nosso espaço para alimentação num lugar limpo, onde nós não tivéssemos uma mesa para se alimentar, para estudar, um lugar limpo para dormir, para descansar.** Então, aí começaram as reivindicações. A gente formou o nosso grupo de estudantes, organizamos lideranças do grupo, **os quais participavam de reuniões do colegiado, participavam de reuniões com as autoridades da UFAC e nos representavam em todos os sentidos.** Garantiram eles, sim, **garantiram a nossa permanência, nos abraçaram, nos acolheram, as turmas não indígenas também, e muitos a gente nem conhece, mas que se mobilizaram para nos auxiliar em muitos momentos, até em momentos pessoais** (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Ao iniciar as aulas no PPGLI/UFAC, as bolsas de estudo, prometidas pela CAPES e Reitoria, via Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPEG), ainda estavam em fase de implementação.

As dificuldades no acesso a bolsas de estudo em programas que não eram específicos para indígenas, e a necessidade de esperar vários meses para conseguir uma bolsa, no início do curso, foi um dos grandes desafios.

Outro desafio foi ao iniciar o período de aulas presenciais, e em seguida inicia-se uma greve geral dos Servidores e Docentes da Universidade Federais em 2023, e os estudantes indígenas enfrentaram problemas o início do curso, pois as aulas foram interrompidas e as dificuldades aumentaram, com o fechamento do Restaurante Universitário e ficaram sem acesso à alimentação e sem acesso à Biblioteca, bem como sem aulas.

Para a Mestranda A, isso foi muito ruim, pois tinham que ficar na UFAC sem estudar e sem ter certeza de quando a greve iria acabar e também não poderiam voltar para suas comunidades.

Então é a **questão financeira que tinha que ter para fazer esse percurso. A questão do cansaço mesmo que era muito desgastoso.** Às vezes chegávamos no Acre de madrugada e aí tínhamos que chegar no alojamento **e nós fazemos a limpeza porque estava tudo sujo, empurrado, e de madrugada, e isso era muito cansativo.** A alimentação. Muitas das vezes, quando nós chegamos lá na UFAC, devido à greve, o restaurante estava fechado. Segundo a reitora, em período de greve ou de férias, **o restaurante não podia ser aberto e a gente não tinha alimentação garantida.** E aí a gente tinha que custear a nossa alimentação. E às vezes, nossos recursos já tinham sido todo o gasto nas passagens. Essa também foi o motivo da greve. Um dos fatores, uma das pautas de reivindicação na greve foi essa do restaurante está fechado em período de férias, porque se entende que a universidade não atende só um público, a universidade atende públicos diversos, mas sempre foi privilegiado um público, porque quando em alguns encontros, em algumas aulas de alguns semestres em que nós estávamos na UFAC o restaurante estava fechado (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Ao pensar nessa perpetuação de formas de colonialidade no cotidiano das universidades, alguns estudantes tinham dificuldades para os estudantes indígenas, para lidar com isso, mesmo que os atravessamentos não fossem generalizados em todos os estudantes, alguns se sentiam desse modo, principalmente no tocante, do que fazer com esse conhecimento ou saber adquirido e como isso seria revestido para melhorias em suas comunidades, o Doutorando B, diz que:

Mas sim, **ela é um bem coletivo, objetivando a construção de uma cidadania.** Por exemplo, no caso dos indígenas, muitos questionam se o saber adquirido **na universidade ela se converterá em melhorias na condição de vida da população.** Os beneficiários adquiridos acabam se distanciando de suas tradições. Eu penso que totalmente ao contrário. (Doutorando B, 2025, s.p, grifo nosso)

Um dos muros identificados foi a urgente necessidade de conciliar conhecimentos indígenas e acadêmicos, tendo que separar conhecimentos indígenas por temas ou disciplinas para atender às demandas acadêmicas, quando esses conhecimentos para os indígenas são todos interligados, de tal modo:

[...] que é se enquadrar nessa formalidade da universidade, tem que, um dos desafios também que eu particularmente **tenho enfrentado, é ter que enquadrar, separar os conhecimentos Huni-Kuin, que é o povo que eu pertencço, tem que separar os conhecimentos Huni-Kuin por disciplinas, por conteúdo, por temas, para poder atender um artigo, um dossiê, porque isso é muito limitado.** E para nós, indígenas, nós, **as áreas de conhecimento, elas não se dissociam, desassociam uma da outra, elas são indissociáveis, elas são juntas, elas perpassam por todas as outras áreas de conhecimento.** Então, na hora de separar para escrever um artigo, fazer uma pesquisa, **eu tive muita dificuldade.**

Então, eu acredito que eu, enquanto indígena, **agora já fazendo o doutorado, tenho muito a contribuir com a universidade, assim como estou aprendendo também dentro da universidade.** Então, a outra coisa que eu quero dizer é que eu acho que a gente tem que ter um **finalizar o doutorado é um dos sonhos**, né, ingressar como docente na Universidade Federal do Acre para poder contribuir e trazer esse conhecimento, **quebrar esse elo, quebrar esse muro entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento que nós chamamos tradicional**, no sentido de que ele é feito com uma certa frequência dentro das comunidades. (Doutorando A, 2025, s.p, grifo nosso)

A falta de receptividade por parte da administração superior da universidade gerou nos estudantes indígenas uma sensação de discriminação, esse foi o sentimento relatado abaixo, como se fizesse ou quisessem que eles desistissem do sonho de cursar a Pós-Graduação. A dificuldade da universidade em reconhecer as diferenças culturais e as formas de aprendizagem dos estudantes indígenas foram e ainda são muitas, mas isso precisa ser repensado mediante políticas públicas, conforme relato de Mestranda A, onde diz que:

E isso é um problema muito sério, **porque quando um indígena entra em uma turma que não é indígena, aquele espaço não vai ser inclusivo**, porque tudo que estiver sendo trabalhado ali é **numa visão não indígena.** E nós não queremos mais isso, nós **queremos o nosso espaço, nós queremos estar nos lugares onde a gente quiser estar.** Nós fomos...muito contemplados com essa turma totalmente indígena.

[...] **A administração superior da Ufac, nas vezes que nós tivemos contato com ela, não sentimos que nós éramos bem aceito naquele espaço.**

Nos sentimos como **se quiséssemos que a gente desistisse. Esse foi o sentimento**, porque o que nos era ofertado era para que a gente tomasse essa atitude. **A gente teve muita falta de espaço para estudo, porque a biblioteca tem um espaço da biblioteca lá, mas nós queríamos um espaço nosso**, porque como eu já falei antes, não é só ofertar a vaga, **é preciso garantir a nossa permanência e quando se oferta um curso 100% para indígena, tem que respeitar as nossas diferenças.**

Porque nós somos diferentes do não indígena. [...].

A nossa cultura, a nossa língua, a nossa identidade é outra. A nossa forma de ver e fazer as coisas é outra, é diferente. Então acho que a gente foi... a gente foi os primeiros... **que pegou todo o impacto... pegou as dificuldades... para que se abrisse porta para as novas turmas que chegarão.**

É claro que falta muito, falta melhorar muito, mas muito caminho já foi percorrido e a gente traçou esse caminho para que a universidade perceba que a universidade também é do povo indígena, **que o nosso lugar também é lá na universidade**, que a nossa turma entrou, abriu a porta e deixou para que nossos...parentes venham e também conquiste seu espaço lá, através do ensino superior, **que as portas da universidade nunca mais se fecham para o indígena** (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Alguns alunos relataram dificuldade com os textos acadêmicos e a respectiva dificuldade no processo de leitura e escrita, por precisarem ler e reler

diversas vezes para compreender, textos imensos, que, em sua grande maioria, não tinham compreensão sobre o texto.

Eram muitas interrogações que ficavam na cabeça da gente. **E só depois de quase já dois anos fechados, foi que eu fui começar a compreender que cada autor tem sua autoria**, ele tem o seu conceito, assim como os professores tinham deles ali em sala de aula, ele defendia **os que eles achavam que para eles eram corretos diante da leitura que eles faziam**.

Então nunca eu ia ter que perder de mim a minha concepção de quem eu era. E outra coisa também que são um desafio que eu coloquei em mim e que eu tenho que fazer, eu tenho que cumprir, **eu tenho que romper, é fazer leituras e releituras de todos os livros que foi recebido, que é para que eu possa entender essa questão desse amazonalismo, o que é mesmo esse Amazonialismo?** (Mestranda B, 2025, s.p, grifo nosso)

856

Um ponto positivo que será tratado no texto como elos ou pontes, foi a atuação da Coordenação do PPGLI, que, apesar das dificuldades, a experiência desenvolvida no PPGLI foi transformadora e representou avanços significativos para os participantes e para a educação indígena, os estudantes compartilharam diversos pontos positivos sobre suas experiências no programa, apesar dos desafios. Aqui estão os aspectos positivos, que merecem destaque nas falas dos entrevistados:

O PPGLI foi fundamental para abrir as portas da universidade para os indígenas, possibilitando uma oportunidade ímpar de acesso à pós-graduação. Muitos tiveram a oportunidade de cursar mestrado e doutorado pela primeira vez. O edital de políticas afirmativas da DILI, foi crucial para essa conquista.

A importância da turma totalmente indígena é ofertada pela UFAC é um marco na luta, na resistência dos povos indígenas de todo o Brasil, porque o edital contemplou...**ficou aberto para todo o Brasil e tivemos representatividade indígena de vários estados, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre**, tivemos até **uma colega do Peru, de outro país**, e outros Estados. Então, ter essa representatividade em um único ambiente, sobretudo, em uma **universidade marca a história da educação**.

Então, foi um **passo muito, muito importante que a educação indígena, a educação institucionalizada**, né, indígena, conquistou, porque anteriormente a universidade, **ela não ofertava o ensino superior totalmente para indígena**. Nós tínhamos que **adentrar em turmas não indígenas** (Mestranda A, 2025, s.p, grifo nosso).

Um ponto relevante que os indígenas ressaltaram, foi o reconhecimento e a importância de uma educação diferenciada, em um processo de escolaridade que considere a especificidade dos povos.

A iniciativa da universidade em criar um programa específico para indígenas foi vista como um reconhecimento da presença e das necessidades desses povos, o Doutorando A, ressalta que:

[...] a Universidade Federal do Acre ela fez isso, né, criou um programa especificamente para atender a demanda da pós-graduação com os indígenas no mestrado e doutorado. Então **isso significa que a universidade ela tá tendo abertura para os povos indígenas no Acre, mesmo a universidade não... tenha sido feito, pensado, em indígena, mas ela teve essa flexibilidade de reconhecer a presença dos indígenas no Estado e abrir um programa específico na Pós.**

Então a UFAC tem ganhado muito com isso e eu creio que nós também, povos indígenas, temos ganhado muito com isso, porque uma grande quantidade de indígenas...pôde fazer o mestrado, o tão sonhado mestrado e o tão sonhado doutorado, que também é o meu caso, agora no doutorado. Então a gente se sente incluído, agora sentimos incluído nas políticas afirmativas da universidade, por essa parte da...na década das línguas. (Doutorando A, 2025, s.p, grifo nosso)

A formação acadêmica possibilitou que os indígenas se qualificassem melhor para atender às suas comunidades e desenvolver projetos de pesquisa que contribuam para a universidade, suas comunidades, e para a sociedade. A abertura da universidade e a criação do programa específico para indígenas demonstram que a universidade está se abrindo para esses povos. A universidade, embora não tenha sido originalmente pensada para eles, demonstrou flexibilidade ao reconhecer a presença e as demandas dessa população.

Sobre a entrada e permanência dos indígenas nas Universidades,

No ensino superior, cresce a busca pela entrada e permanência dos povos indígenas, respeitando seus saberes, seus conhecimentos, suas culturas etc. Como **projeto de expansão e combate às desigualdades sociais, busca-se a ampliação de vivências democráticas e cidadãs** (PAES; SANTOS; RICARDO; VIEIRA, 2022, p. 122, grifo nosso).

Os professores do PPGLI foram elogiados pelo acolhimento dado, apoio e por garantirem a permanência dos estudantes. O suporte dos professores e colegas de curso também foram essenciais para superação dos desafios.

Os estudantes acreditam que podem contribuir significativamente com a universidade, trazendo seus conhecimentos tradicionais e suas perspectivas indígenas para dentro da academia. A universidade também ganha com a inclusão de estudantes indígenas e os estudantes veem-se como pontes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional.

Mas, para concluir, quero dizer que, **diante de todos esses desafios, diante de todos esses estranhamentos, nós estamos aí,** atravessamos os muros da universidade pelo lado de dentro, estamos aí

estudando e **expressando através da nossa escrita, a nossa forma de pensar, a nossa forma de fazer, de viver entre os povos, entre a floresta, em um ambiente diferente do nosso território.** [...]

As políticas afirmativas precisam continuar a existir e fazer para que a gente continue tendo acesso a graduação e pós-graduação na universidade, não somente enquanto estudante, enquanto acadêmico de graduação e pós-graduação, mas também como docente da própria universidade, que ela comece a pensar em editais de concurso, transdisciplinar, que abranja nossas áreas de formação, que são transversal, para que a gente possa concorrer aos concursos e também se tornar docente para contribuir com a universidade. (Doutorando A, 2025, s.p, grifo nosso)

Essa nova fase, com a reescrita da universidade com a garantia de entrada e permanência dos indígenas, sinaliza a necessidade de repensar a maneira de produzir conhecimento e de reescrever os objetivos dessa nova universidade. Os saberes indígenas devem ser integrados ao ensino superior, à pesquisa e à extensão, urgentemente. Corroborando com esse pensar, trago Lisboa (2023), que diz:

No plano das relações interétnicas, a presença indígena no ensino superior pode estar **ocupando o que seria uma nova fase do indigenismo**, motivando políticas públicas destinadas a atender às demandas indígenas por acesso à educação universitária – e que envolvem **não apenas o acesso, mas a permanência, a adequação curricular, o combate ao preconceito institucionalizado** (LISBOA, 2023, p.105, grifo nosso)

Portanto, a questão de permitir aos indígenas efetuar suas próprias transformações de vida, no tocante ao acesso ao ensino de Pós-Graduação, nesse mix de empoderamento e transformação, isso resultou em uma transformação pessoal e coletiva. O PPGLI/UFAC foi um espaço para se reconectar com suas identidades e culturas, considerando o vivido pelos indígenas.

Mais do que passarem por ele, no entanto, **o que os povos indígenas fazem é traçar e transformar o próprio caminho, e as universidades hoje estão entre os principais alvos de seu interesse: o da formação e transformação de si mesmos e do mundo.** O cuidado inerente ao aprendizado indígena, por sua vez, traz um modelo alternativo aos métodos ocidentais cruelmente aplicados sobre eles (e sobre nós) e pode ser apenas uma das contribuições que os povos indígenas estão deixando em seu trajeto, como a indicar o caminho para quem quiser segui-los (LISBOA, 2023, p.124, grifo nosso).

Segundo Krenak (2018), a

Nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, **toda essa gente que se constitui nesse Brasil**, nos seus espaços de circulação. Mas a marca da diferença persiste quando a gente trabalha a ideia dessa

CONSIDERAÇÕES

Chegar nessa etapa, só nos faz pensar ou repensar em como os indígenas devem e podem serem beneficiados com a adoção de políticas afirmativas, para garantir não somente suas entradas nos processos seletivos das pós-graduações, mas também a necessária e urgente existência de políticas afirmativas para garantir minimamente a conclusão dos cursos e terem a garantia de seus direitos a inclusão e cursarem pós-graduação nas IFES.

O PPGLI/UFAC trouxe um belo exemplo, com ações concretas, de como os programas de Pós-Graduação das IFES no Brasil devem agir para garantir ou reestabelecer os direitos à pós-graduação aos indígenas de todo o País.

Entendemos que os “*Muros, Elos e Pontes*”, sempre estarão presentes, pois os indígenas trazem a oralidade como forma principal de comunicação, de vida, de ancestralidade, modos de viver diferentes dos nossos, não indígenas, e pensar numa educação que misture os indígenas com os não indígenas, creio que somente iria alargar essa grande cratera existente da desigualdade, do estigma já existente.

Portanto, políticas públicas para os indígenas cursarem pós-graduação, deve ser colocada em prática no âmbito de Brasil, pois entendemos que só reclamar não resolve o problema, precisamos enfrentar os problemas e trazer soluções para essa problemática e mostrar a importância dos “*Elos e Pontes*”, enquanto elementos fundamentais, pois sem eles, não seria possível concretizar a entrada e a permanência decente dos estudantes indígenas no PPGLI/UFAC, e isso pode poderia ser adotado ou estendido para outras IFES na Amazônia e no Brasil.

REFERÊNCIAS

DILI. **Década das Línguas Indígenas do Brasil**. Disponível no link: <https://brasil.un.org/pt-br/212593-onu-lan%C3%A7a-plano-de-10-anos-para-apoiar-1%C3%ADnguas-ind%C3%ADgenas-amea%C3%A7adas/>. Publicado em 19 dez 2022. Acesso em 25 jan 2024.

GTEP - Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa. **Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica/Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa**. FCHSSALLA (2022-2023); Frederico Garcia Fernandes (coord.). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. — 28 p. Disponível no link:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/CGEE_FCHSSALLA_dir_et_etica_pesq_integ_cient.pdf. Acesso em 20 mar 2025.

KRENAK, Ailton. **A presença indígena na universidade**. Maloca - Revista de estudos indígenas. Campinas: SP, n. 1, v. 1, pp. 9 – 16, jul - dez de 2018.

LISBOA, João Francisco Kleba. **Povos indígenas e transformações na universidade**: Conflitos e dilemas étnicos nos caminhos que se bifurcam. Revista Tellus, Campo Grande, MS, ano 23, n. 51, p. 99-129, maio/ago. 2023.

MANCHINERY, Alessandra; MANCHINERI Soleane. Educação superior e ações afirmativas para estudantes indígenas. *In*: MANCHINERI et al. (orgs.) **Atualizar o mito**: práticas indígenas na universidade. Rio Branco: Nepan Editora, 2018, 107 p.

PAES, Luciane Rocha; SANTOS, Rita Floramar Fernandes dos; RICARDO, Helenice Aparecida; VIEIRA, Alva Rosa Lana. **Em busca de outras coordenadas epistêmicas: breve enunciação entre decolonialidade e a formação universitária de professores indígenas no Amazonas** Revista Intellèctus, ano XXI, n.1, 2022, p. 104-132.

SILVA, Mara Rykelma da Costa; ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de; BARROS, Vilma Luísa Siegloch; SANTOS, Vandrezza Souza dos. **Obstáculos à educação escolar indígena**: contextualização histórica e aproximações na Amazônia Sul-Occidental. Revista: Ambiente: Gestão e Desenvolvimento. Boa Vista/RR – julho de 2020. Pags.4-14.